

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 5.817, DE 2019

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tratar da atividade de motorista profissional e processo de habilitação.

**Autor:** Deputado GELSON AZEVEDO

**Relator:** Deputado CAPITÃO ALDEN

### VOTO EM SEPARADO

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Em 04/09/2023, o relator do Projeto de Lei nº 5.817, de 2019, apresentou parecer nesta Comissão, pela aprovação da matéria, com emenda que suprime parte da proposição em tela.

De acordo com o voto apresentado, o trecho suprimido, que insere art. 78-A no Código Brasileiro de Trânsito, não traz inovação legal e invade competência legislativa reservada ao poder Executivo. Estamos de acordo com essa parte da análise apresentada, porém divergimos nas conclusões.

É necessário que a matéria como um todo seja rejeitada nesta Comissão de Educação, visto que, além das falhas já apontadas pelo relator, o PL, em grande parte, deixa de levar em consideração que a atividade de motorista profissional já é regida pela Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.

### I VOTO



É atribuição da Comissão de Educação analisar os seguintes temas:

- a) assuntos atinentes à educação em geral;
- b) política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais;
- c) direito da educação;
- d) recursos humanos e financeiros para a educação.

De acordo com essas atribuições, o presente projeto foi distribuído para análise e julgamento por esta Comissão, visto que prevê ações do Ministério da Educação (Art. 2º do PL, que acresce o Art. 78-A no CTB) que se relacionam ao **ensino básico**. A previsão é no sentido de incluir no ensino básico a aprendizagem do Código de Trânsito Brasileiro e do sistema de trânsito em geral.

Veja-se a redação do PL neste tópico:

“Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:”

.....

“Art. 78-A. O Ministério da Educação, com apoio do CONTRAN, irá desenvolver conteúdo didático para **implementação da aprendizagem desta Lei** e do sistema de trânsito de forma geral no **ensino básico**.”

Neste sentido, é correta a distribuição para esta Comissão. Contudo, não merece prosperar o Projeto de Lei, segundo nossa ótica e a melhor análise do tema.

É imperioso considerar que já há no nosso ordenamento jurídico o conceito de motorista profissional, por meio da Lei 13.013/2015 - conhecida como "Lei do Motorista". Segundo esta legislação, "motorista profissional", no Brasil, refere-se geralmente àqueles que exercem a profissão de motorista de veículos de transporte de passageiros ou de carga.



Mais especificamente, o Art. 67-A do CTB, inserido pela Lei nº 12.619/2012, e posteriormente alterado pela Lei nº 13.103/2015, define motorista profissional: “Art.67-A Para efeito deste Código, são considerados profissionais os motoristas habilitados nas categorias C, D e E cujo exercício da profissão constitua renda indispensável para o sustento próprio ou de sua família”.

Igualmente, a Lei do Motorista – Lei 13.103/2015 – define motorista profissional e traz os **requisitos necessários** para o exercício da profissão:

“Art. 1º É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei”.

Parágrafo único. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas de veículos automotores cuja condução **exija formação profissional** e que exerçam a profissão nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

I - de transporte rodoviário de passageiros;

II - de transporte rodoviário de cargas.”

Desta forma, resta evidente que já há legislação que tutela os requisitos para exercer a profissão de motorista profissional e trata também da formação necessária.

Inclusive, o **próprio CTB** já dispõe acerca da formação necessária no **art. 145**:

“Art. 145 Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser maior de vinte e um anos;

II - estar habilitado:

a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e



b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E;

III - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.”

A análise conjunta dos artigos. 67-A e 145 do CTB não deixam dúvidas sobre os requisitos necessários para ser motorista profissional e que, entre eles, está a exigência de formação – treinamento –, de acordo com as determinações do CONTRAN.

Ao inserir o Art.67-F, o PL traz prejuízos à redação do Código de Trânsito Brasileiro, confundindo os destinatários da norma e, discorrendo em **diferentes artigos** sobre o **mesmo tema**, o que não está de acordo com a técnica legislativa.

**Mostra-se desnecessário e inoportuno o acréscimo do Art.67-F proposto no Art.2º do PL 5718/2019. Já há redação idêntica no art. 145 do mesmo diploma.**

Da mesma forma, ao analisar o Projeto, verifica-se que a proposta trazida de acréscimo do Art.78-A ao CTB se mostra igualmente desnecessária e equivocada, acertadamente suprimido, por meio de emenda, pelo nobre relator.

Por fim, parece não fazer sentido a redação trazida no PL quanto à alteração pretendida ao art. 140 do CTB, elencado no Art. 2º do PL 5817/2019. Isso porque, como já aventado neste voto, há previsão deste requisito em outro artigo da mesma Lei, qual seja, art. 145 do CTB.

Ainda, prevê o acréscimo dos parágrafos 6º e 7º do art. 140, contudo, **o referido artigo possui apenas o parágrafo único**. Veja-se:

“Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou entidade



executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, e o condutor deverá preencher os seguintes requisitos: [\(Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023\)](#)

I - ser penalmente imputável;

II - saber ler e escrever;

III - possuir Carteira de Identidade ou equivalente.

Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH”.

O acréscimo dos parágrafos 6º e 7º torna-se incongruente com a atual redação do Art.140 do CTB. E, ainda que tenha sido erro de digitação, a redação das propostas, pelos termos e conteúdo propostos, não permite a devida inserção no texto legal atualmente em vigor.

É certo que o objetivo da Proposta é louvável e que, o nobre colega acredita que seja necessária a sua apresentação, no entanto, diante de todo o exposto e com a devida vênica, discordo do parecer.

Pelas razões ora apresentadas, elaborei o **presente voto em separado**, manifestando-me pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei 5.817/2019. A rejeição está embasada tanto pelo mérito da proposta, que não parece adequada, como acima explanado, quanto por acreditar que o PL não está de acordo com a melhor técnica legislativa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputada ADRIANA VENTURA  
**NOVO/SP**

